

A PROCESSUALIDADE DO CAPITAL E A MANUTENÇÃO DA EXPLORAÇÃO DE MAIS-VALOR: ANÁLISE TEÓRICA DO CAPITAL A PARTIR DO SÉCULO XIX À CRISE DOS ANOS DE 1970.

Marcio Moises de Souza Barbosa
E-mail: mmsb16@hotmail.com

O presente artigo pretende apresentar a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialético o par conceitual “continuidade na descontinuidade”, apresentado na produção teórica marxista e marxiana, através da processualidade do desenvolvimento capitalista desde a sua fase monopolista até hipertrofia da esfera financeira, com as suas respectivas expressões no mundo do trabalho. Assim tomamos como lapso de tempo a segunda metade do século XIX até a crise dos anos de 1970 que impõe novas modificações no capitalismo tardio. Como fonte de pesquisa foi utilizado principalmente a produção teórica de Lenin, François Chénais, David Harvey e Giovanni Alves, autores que compreendem, na sua produção teórica esse espaço de tempo analisado na perspectiva que tomamos. Também foram utilizados como obras que melhor expressão a ideologia de cada forma administrativa do trabalho vivo, as obras de Frederick Taylor e também de Taiichi Ohno, respectivamente o taylorismo e o ohnismo. Concluimos que as transformações sofridas pelo capital da metade do século XIX até os anos de 1970 expressão a necessidade de manutenção da taxa de lucro e do capitalismo como meio metabólico social. As várias metamorfoses econômicas e administrativas do capital expressão essa continuidade do capital como explorador do mais-valor.

Palavras-Chave: Reestruturação produtiva. Mundo do trabalho. Toyotismo. Fordismo.

Concluimos que as transformações sofridas pelo capital da metade do século XIX até os anos de 1970 expressão a necessidade de manutenção da taxa de lucro e do capitalismo como meio metabólico social. As várias metamorfoses econômicas e administrativas do capital expressão essa continuidade do capital como explorador do mais-valor.

Palavras-Chave: Reestruturação produtiva, mundo do trabalho, toyotismo, fordismo.

Introdução

O complexo processo de precarização do trabalho (ANTUNES, 2009; ALVES, 2011; MÉSZÁROS, 2002) que nos é contemporâneo e que adotamos aqui neste artigo, o capitalismo flexível ou toyotismo, não aparece e se desenvolve “no ar”, nem é livre expressão de um arbítrio independente de determinados indivíduos: ele é a expressão de determinadas condições materiais do capitalismo tardio.

Este é um processo global que atinge a totalidade do mundo do trabalho (ANTUNES, 2009), fruto da nova dinâmica do capital em sua fase de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002 e 2011; HARVEY, 2003). Para realizar nosso objetivo de expor as condições materiais da precarização, iremos expor as transformações sofridas pelo capital na virada do século XIX para o XX até a década de 1970, quando uma nova fase do capitalismo se inicia. Transformações que incluem a fase imperialista, processo advindo da nova fase do capital na sua fase monopolista, o advento e generalização do fordismo, a hipertrofia da esfera financeira e por consequência o desenvolvimento e generalização do capitalismo flexível.

Para conseguirmos realizar esta empreitada de resumir em poucas páginas um lapso de tempo de tamanhas proporções e de tamanha complexidade é necessário uma profunda abstração deste processo. Tomaremos como aporte metodológico o materialismo histórico-dialético, procurando compreender o Capital na sua concepção dialética de “continuidade na descontinuidade e descontinuidade na continuidade” (MÉSZÁROS, 2006, p.167), suas diversas fases como um desenvolvimento dele próprio na história (ANTUNES, 2009).

1. O Capital e sua crise estrutural

1.1 Desdobramentos da fase monopolista do capital: O Imperialismo

Na virada do século XIX para o XX o capitalismo entra em sua fase monopolista (LENIN, 2008), compreendida pela formação de trustes e cartéis frutos da concentração monopólica do capital. Essa tendência à concentração monopólica só pode ser atribuída à essência do próprio capital na produção de mais-valor sob determinadas condições de alto grau de desenvolvimento industrial, como diz Lênin (2008, p.18): “Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio” .

Para Lenin, em “O Imperialismo”, os grandes capitais possuem vantagens sobre os pequenos capitais, pois: podem investir em desenvolvimento de pesquisa e tecnologia, aplicar técnicas de “dumping”, controlar através da “combinação” vários níveis da produção, etc. Dessa forma a relação de concorrência entre pequenos e grandes capitais se dá de forma desigual. Em caso de crise os grandes capitais podem resistir mais as perdas e até investir parte do capital em outras áreas. A extensão em que os grandes capitais podem atingir é maior que a dos pequenos capitais no que tange a conquista de mercados, diversificação de

aplicações etc. Na concorrência capitalista, os capitais pequenos que não resistem à concorrência são absorvidos pelos grandes capitais promovendo uma grande centralização de capital (LENIN, 2008).

Vemos assim que é da livre concorrência que surgem os grandes monopólios que concentram massas de capitais ansiosas para se valorizarem. Na medida em que a tendência à expansão ampliada e centralização aumenta, uma instituição ganha destaque, os bancos:

A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista.

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. (LENIN, 2008. p.31).

Dessa forma vemos o que Lenin estava apontando a mudança de papel dos bancos de intermediários para monopolistas onipotentes. Após concentrar os capitais de inúmeros capitalistas, os bancos utilizaram essas quantias para fazer empréstimos e acumular os juros. Os capitalistas industriais, para poderem reinvestir seus capitais no aumento da produção, comprar novas máquinas por causa da concorrência capitalista etc, precisariam fazer inúmeros giros desse capital na produção.

As instituições concentradoras de massas monetárias, sendo bancos ou não, alteram seu papel para conseguir assegurar esse processo de venda de capital. Desta forma, o capital só é vendido sob a condição de que seja aplicado como capital ativo, ou seja, sob a condição de que os “mutuários atuem socialmente como extratores de mais-valor. Isso significa que massas crescentemente concentradas de recursos impõem ao conjunto da vida social uma extração acelerada e intensificada de mais-valor”. (FONTES, 2010, p.24). Com a grande concentração de massas monetárias cada vez mais crescente se tem neste momento a propriedade dos recursos sociais de produção, ou seja, grandes quantidades monetárias que

controlam direta ou indiretamente os meios de produção. Há cada vez mais um afastamento entre a propriedade dos recursos sociais de produção e o processo de produção. É neste momento que o capital atinge uma grande expansão e obtém um forte controle sobre a extração de mais-valor. O capital monetário, desta forma, não só possibilita o processo produtivo como também exige a extração de mais-valor de forma cada vez mais acelerada para “reembolsá-los e assegurar sua própria reprodução enquanto extração de mais valor”. (FONTES, 2010, p.33).

O capital assume uma forma diretamente social, ou seja, dos proprietários unidos apenas pela própria propriedade e que precisam converter seu dinheiro, através de quaisquer mãos, em mais valor. Essa propriedade hiperconcentrada do Capital produz tanto a concentração da produção quanto sua difusão e dispersão em miríades de empreendimentos.

1.2 A Hipertrofia da Esfera Financeiro em Chesnais

Para compreender a questão da condição flexível e da reestruturação da produção é necessário que analisemos uma questão crucial, a financeirização da economia:

A esfera financeira representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades dos operadores e as necessidades mundiais. (CHESNAIS, 1996, p. 239).

Assim vemos que o processo gestado desde a virada do século XX e de certa forma refreado no pós-crise de 29, se torna hegemônico a partir da década de 80. As regras enquadrando o máximo possível as atividades financeiras só aparecem após a onda de falências bancárias dos anos 30, com especial atenção no controle sobre a criação de moeda de crédito pelos bancos que “para acabar com elas, foram suficientes uns vinte anos”. (CHESNAIS, 1996, p.240).

Chesnais chama a atenção para uma das questões sobre a desregulamentação financeira decorrente do surgimento no pós-guerra, pelos Estados Unidos, de uma concepção de finanças como indústria. O que significa que “o comércio de dinheiro e valores é encarado como atividade transnacional, objeto de competição, no plano mundial, entre agentes que procuram explorar da melhor forma suas próprias vantagens comparativas” (RÉGNIER, 1998, p. 52-53 Apud CHESNAIS, 1996, p.240). Desta forma essa visão procura compreender a esfera financeiro como mais outro campo de

valorização do capital. Esta compreensão não enxerga, ou não quer enxergar que, os lucros provenientes dessa esfera são provenientes da transferência da esfera produtiva onde é criado o valor. Neste sentido a esfera financeira só possui uma “autonomia relativa” (CHESNAIS, 1996, p.241), pois os capitais que se valorizam na esfera financeira “nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo.”(CHESNAIS, 1996, p.241). Chesnais chega à conclusão que a esfera financeira é um jogo de soma zero onde alguém ganha e outro perder, dentro do circuito fechado do sistema financeiro. Essa questão é de máxima importância para a defesa da teoria marxista - a teoria do valor-trabalho, onde todo valor produzido na sociedade capitalista provem da exploração do trabalho – contra os apologistas da supressão da centralidade do trabalho na nossa sociedade como Habermas.

Cabe a nós agora compreendermos o processo que se levou à hegemonia da esfera financeira no todo da economia capitalista e suas consequências. Para isso precisamos entender o que é acumulação financeira, para Chesnais (2005, p. 37-38):

Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros - divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços. Nos Estados Unidos, o processo de centralização do capital sob a forma financeira recomeça nos anos 50, sem que se lhe preste grande atenção, à medida que os efeitos da crise dos anos 30 e as consequências da Segunda Guerra Mundial chegam ao fim. Na Europa, pode-se datar o início da acumulação financeira contemporânea em meados dos anos 60.

A hipertrofia da esfera financeira é um produto da crise do modo de regulação fordista que tem como origem, segundo Chesnais (2005), o esgotamento progressivo das normas de consumo e a baixa rentabilidade dos investimentos industriais. Mas não é só a transferência de riqueza que hipertrofia a esfera financeira, a produção de capital fictício é também um processo que está ligado a essa hipertrofia, segundo David Harvey (2003, p.171):

Este capital é definido como capital que tem valor monetário nominal e existência como papel mas que, num dado momento do tempo, não

tem lastro em termos de atividade produtiva real ou de ativos físicos. O capital fictício é convertido em capital real na medida em que são feitos investimentos que levem a um aumento apropriado em ativos úteis (por exemplo, instalações e equipamentos que possam ter emprego lucrativo) ou mercadorias úteis (bens e serviços que possam ser vendidos com lucro). Por isso, o deslocamento temporal para usos futuros é um paliativo de curto prazo para o problema da superacumulação a não ser que haja um contínuo deslocamento através da permanente aceleração das taxas de formação do capital fictício e da expansão de volumes de investimento de prazo mais longo.

Um dos processos muito importantes para destacarmos aqui é o da dívida pública:

Nos países da OCDE, como nos países periféricos, a dívida pública alimenta continuamente a acumulação financeira por intermédio das finanças públicas. A necessidade de recorrer ao financiamento mediante empréstimos torna-se permanente por causa da desoneração do capital e das rendas elevadas, a qual foi ainda facilitada pela mundialização financeira, pela impunidade da evasão e pela multiplicação dos paraísos fiscais. Deu-se um duplo presente às rendas elevadas: beneficiam-se da redução de impostos e emprestam a taxas elevadas. A riqueza transferida começa por assumir a forma de salários, de rendas agrícolas e de trabalho por conta própria, parcialmente a forma de lucros, antes de se transformar em impostos diretos e indiretos e outras "contribuições especiais" que são dirigidas ao setor financeiro mediante a parte do orçamento do Estado alocada para o serviço da dívida. (CHESNAIS, 2005, p. 41).

A esse processo é necessário destacarmos duas consequências essenciais: o “efeito bola de neve” e o controle do Estado pela burguesia. O primeiro diz respeito ao mecanismo ativado pela dívida quando, o serviço da dívida, ou seja, os juros sobre o principal da dívida, a uma taxa historicamente alta e pela parcela sempre crescente da renegociação, impõe ao Estado que se peça sempre novos empréstimos para poder pagá-la. Esse mecanismo funciona sempre elevando a dívida acima do PIB.

Para compreendermos no plano da economia-política propriamente dita, o processo que gerou, e que nos é importante na nossa análise, a financeirização da economia e sua hipertrofia, é necessário compreendermos o processo de desregulamentação que se sucedeu após o fim do sistema de Bretton Woods. Esse sistema surgiu das necessidades impostas pela crise do padrão ouro na Primeira Guerra Mundial e da crise de 29 de se reestabelecer uma moeda que fosse capaz de ancorar as transações internacionais permitindo uma certa estabilidade no sistema mundial. O dólar foi adotado como moeda central junto ao ouro e praticamente o representando, pois estava atrelado a este por “uma taxa de conversão fixa, negociada internacionalmente” (CHESNAIS, 1996, p. 249). Este acordo refletia a posição hegemônica do Estados Unidos no pós-guerra.

Este atrelamento do dólar ao ouro foi rompido devido ao descompasso na balança de pagamentos e explosão da dívida federal em 1971, expressão do “duplo déficit do orçamento e dos pagamentos externos, agravado pelo financiamento da guerra do Vietnã” a partir de 1965, que causou um esvaziamento das reservas do Fort Knox tornando assim “impossível a conversão dos dólares em ouro” (CHESNAIS, 1996, p.250). Neste movimento podemos afirmar que devido a essa quebra das amarras impostas pelo sistema de Bretton Woods tornam “Sem freios,(...) os instrumentos de liquidez criados pelo governo americano para financiar a dívida pública” o que gerou o início da economia de endividamento(CHESNAIS, 1996, p.251).

Desta forma, Chesnais (2005, p.44) nos coloca de maneira muito clara as consequências da quebra desse sistema:

A mundialização financeira foi preparada pelo mercado de eurodólares, depois pela passagem a um regime de taxas de câmbio flexíveis após o colapso do sistema de Bretton Woods. O mercado de câmbio foi, assim, o primeiro a entrar na mundialização financeira contemporânea. Ele permanece um dos mercados onde os investidores institucionais continuam a manter parte de seus ativos. Mas foram as medidas de liberalização e de desregulamentação de 1979-81 que deram nascimento ao sistema de finança mundializado tal como o conhecemos. Elas puseram fim ao controle do movimento de capitais com o estrangeiro {saídas e entradas}, abrindo assim os sistemas financeiros nacionais para o exterior. A primeira consequência

foi a expansão muito rápida, desde a metade dos anos 80, dos mercados de obrigações públicas interconectados internacionalmente e a difusão internacional do financiamento dos déficits pela emissão de títulos negociáveis. Mais do que uma decisão deliberada, a liberalização e a transformação em títulos dos compromissos públicos foram o resultado de um processo de contágio. Qualquer Estado que quisesse colocar bônus do Tesouro nos mercados liberalizados estava forçado a se alinhar às práticas norte-americanas.

Importante traço desse novo sistema, que foi mencionado no capítulo anterior, é a não dominância dos bancos, mas a dominância dos mercados financeiros e as instituições neles atuantes. Os fundos de pensão e fundos mútuos tomaram uma proporção na contemporaneidade gigantescas, fazendo os bancos parecerem pequenos ao seu lado. As medidas tomadas a partir de 1979 em relação aos mercados financeiros fizeram por acabar com o controle em relação à movimentação de entrada e saída de capitais, fazendo com que os mercados financeiros tivesse um crescimento acelerado, principalmente dos mercados de obrigações. Importante destaque deu Chesnais (1996, p.258) nesta questão, que serviu os interesses dos países industrializados pela securitização da dívida pública e também dos grandes fundos de pensão e fundos mútuos de investimento:

Cujos interesses foram satisfeitos pelas reformas constitutivas da mundialização financeira e pela adoção de financiamento dos déficits orçamentários dos países da OCDE através da aplicação de ativos no segmento de obrigações dos mercados financeiros.

Desta forma o autor analisa que a mundialização financeira possui três elementos constitutivos: a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a desintermediação e a abertura dos mercados financeiros nacionais. Neste sentido é necessário, para efeito elucidativo da nossa análise, expor rapidamente cada uma das consequências desses elementos para compreendermos a sua sintonia:

- A desregulamentação ou liberalização financeira: acarretou a perda de controle pelos bancos centrais em relação à determinação da taxa de juros que ficou a mercê dos grandes operadores financeiros que comandam este mercado. Neste caso seriam principalmente os fundos de investimento, restando as autoridades monetárias o controle sobre as taxas diárias. (”CHESNAIS, 1996, p.261)

- Desintermediação: acarretou que os usuários dos serviços financeiros realizam suas necessidades fora das instituições tradicionais. Dessa forma os antigos clientes dos bancos, visando outra saída para os custos administrativos e a crescente diferença entre as taxas de juros cobradas e ganhas nos investimentos de poupança, buscaram no mercado comercial de papéis investir a curto prazo e nos mercados financeiros os investimentos de longo prazo. Esse processo também gerou movimentação dos investimentos de poupança para fundos que oferecem maior rentabilidade. (CHESNAIS, 1996, p.263)
- Abertura dos mercados financeiros nacionais: Para Chesnais, significa dois processos: “aquele relativo às barreiras internas, anteriormente estanques, entre diferentes especializações bancárias ou financeiras, e aquele relativo às barreiras que separam os mercados nacionais dos mercados externos” (CHESNAIS, 1996, p. 264).

Esses três elementos da globalização financeira comportam o:

Desmantelamento das barreiras internas anteriores entre diferentes funções financeiras e as novas interdependências entre os segmentos do mercados, como a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais e sua integração em mercados mundializados, ou subordinação a estes. (CHESNAIS, 1996, p.261).

O processo de financeirização leva a um processo de descolamento da esfera da produção em relação a esfera de mando. Vemos como Virgínia Fontes (2010, p. 24) coloca essa análise:

O papel das instituições concentradoras dessas enormes massas monetárias se altera – quer sejam elas bancos ou outras instituições- para assegurar sob diversas modalidades o processo de venda de capital, venda que impõe a condição de que seus compradores o convertam em capital ativo, isto é, que os mutuários atuem socialmente como extratores de mais-valor. Isso significa que massas crescentemente concentradas de recursos impõem ao conjunto da vida social uma extração acelerada e intensificada de mais-valor.

Chesnais (2005, p.61) aponto um relacionamento conflituoso entre os grupos industriais e os grandes bancos/instituições financeiras:

A propensão do capital portador de juros para demandar da economia "mais do que ela pode dar" é uma consequência de sua exterioridade à produção. É uma das forças motrizes da desregulamentação do trabalho, assim como das privatizações.

Mas ela tende, também, a modelar a sociedade contemporânea no conjunto de suas determinações. No quadro da mundialização capitalista contemporânea, da qual a finança é uma das forças motrizes mais fortes, a autonomia que parece caracterizar o movimento de acumulação do capital (ou, se assim se preferir, a predominância que a economia parece ter sobre todas as outras esferas da vida social) se acentua de forma qualitativa. Todos são obrigados a "se adaptar" às exigências da "economia" e a admitir que se reordenem os traços fundamentais da sociedade sem consideração pelas posições sociais "adquiridas" pelo passado e sem respeito pelos *habitus* provenientes da evolução anterior. Daí decorre esse encaminhamento paralelo de formas de expropriação nos países "emergentes", as quais remetem à brutalidade quase sem mediação da acumulação primitiva, e de modalidades muito sofisticadas de modulação das relações sociais (em termos de gestão dos recursos humanos ou de gestão e constituição do imaginário coletivo pelo viés televisivo) para reproduzi-las sob uma forma de submissão à sombra da "ditadura" dos mercados financeiros.

Como resultado da financeirização da economia em escala mundial a pressão sobre o mundo do trabalho se tornou enorme. A capacidade de deslocamento de capital mundialmente afeta o emprego e causa a destruição de postos de trabalho, pela capacidade agora do capital industrial poder ser investido e “desinvestido” a qualquer movimento da bolsa de valores. A manutenção de taxas altas de rendimentos por esse “capital desencarnado” da produção, impele a uma reengenharia produtiva que iremos tratar melhor nos próximos capítulos.

As condições econômicas do movimento do capital até sua mundialização financeira e sua hipertrofia, quando do momento em que o capital financeiro se superpõe ao capital industrial e a ele comanda – mesmo sendo dele que surja todo valor produzido - que compreende o cenário da nossa análise sobre o processo de flexibilização da economia e a implantação da produção flexível como resposta a este cenário.

2. A era do Fordismo/Taylorismo ao Toyotismo

Após essa rápida passagem sobre a processualidade histórica do capital, da sua fase monopolista a fase da finança mundializada, iremos analisar como o mundo do trabalho expressou e foi expressado nessa processualidade. Iremos analisar assim como as formas administrativas do trabalho vivo no capitalismo, no âmbito da sua relativa autonomia, se alteram sem perder a sua essência exploratória de mais-valor.

2.1 O Taylorismo

Neste capítulo iremos realizar uma desconstrução do par conceitual fordismo/taylorismo para que possamos reagrupá-los no próximo capítulo, possibilitando compreender a processualidade histórica desses dois momentos que juntos dominaram a lógica da produção capitalista até a crise dos anos de 1970. Sendo assim, iremos apresentar a concepção de Frederick Taylor à respeito da aplicabilidade da ciência na organização da produção, que tem em sua essência afetar não só a produtividade, mas também possui um viés fortíssimo de controle das tensões de classe e pressupõe a possibilidade de superação dessas tensões através desse método.

Em sua obra “Princípios Da Administração Científica” (TAYLOR, 1990) abre seu livro falando sobre o “desperdício nacional” que é expressão hora da ineficácia do sistema de organização empirista em voga, hora dos conflitos internos de classe que rebatem sobre a produtividade, o que ele cita como “fazer cera”, atitude de diminuir intencionalmente a produtividade do trabalho para que se mantenha os postos de trabalho e também, quando o trabalho é pago por peça (método dominante na época, virada do século XIX para o XX) evitar a redução do valor pago pela alta da produtividade. O contexto da sua obra remete as condições históricas da virada do Século XIX para o XX, “filho” da depressão de 1873 que desemboca no capitalismo monopolista e imperialista, como já tratamos nos capítulos anteriores e período de fortíssima organização dos trabalhadores.

Nesta obra Taylor apresenta o que seria sua “filosofia”, mais que um método, ele procura apresentar a forma geral a que toda produção deve se organizar e que realmente afetou a produção até hoje através de 4 princípios gerais:

Primeiro - Desenvolver para cada elemento do trabalho individual uma ciência que substitua os métodos empíricos.

Segundo - Selecionar cientificamente, depois treinar, ensinar e aperfeiçoar o trabalhador. No passado ele escolhia seu próprio trabalho e treinava a si mesmo como podia.

Terceiro - Cooperar cordialmente com os trabalhadores para articular todo o trabalho com os princípios da ciência que foi desenvolvida.

Quarto- Manter divisão equitativa de trabalho e de responsabilidades entre a direção e o operário. A direção incumbe-se de todas as atribuições, para as quais esteja mais bem aparelhada do que o trabalhador; ao passo que no passado quase todo o trabalho e a maior parte das responsabilidades pesavam sobre o operário. (TAYLOR, 1990, p.40-41).

Esses quatro princípios gerais são a base de todo o taylorismo. O primeiro princípio diz que toda atividade do trabalho pode ser reduzida a determinadas formas mais eficazes cientificamente estudadas e testadas em substituição as formas empíricas adquiridas pelas várias experiências dos ofícios, um exemplo é a fixação temporal dos movimentos necessários à realização de determinada atividade. O segundo princípio pressupõe a organização pedagógica do primeiro princípio, o que Taylor descreve como:

No futuro, prevalecerá a ideia de que nossos líderes devem ser tão bem treinados quanto bem nascidos e que nenhum homem, embora excelente, sob o antigo sistema de administração de pessoal, poderá competir com homens comuns, mas organizados, adequada e eficientemente para cooperar. (TAYLOR, 1990, p.22).

O terceiro princípio é uma cooperação “estrita, íntima e pessoal”, que segundo o autor não se dá unilateralmente mas sim onde a direção ajuda no “progresso” individual de cada trabalhador. Taylor pressupõe que esta condição pode ser alcançada já que ambos, direção e trabalhador podem caminhar num mesmo sentido para benefício próprio.

O quarto princípio para Taylor é aquele que vai diferenciar de todas as outras formas de gerenciamento da produção. Pressupõe dividir igualmente as funções através de uma ciência que fixe “normas, leis e fórmulas” ao invés do empirismo do trabalhador na

organização do trabalho como melhor o parecer. Desta forma as responsabilidades de elaboração de um plano geral, escolhas de ferramentas e etc... são previamente planejadas e sempre analisadas por uma equipe de direção.

Taylor coloca a “eficiência nacional” como uma questão da produtividade do trabalho que pode ser resolvida através da administração científica da produção que tem como realização de uma certa possibilidade de superação, ou pelo menos o apaziguamento, da contradição interna entre capital/trabalho. Ele então demonstra, ou pelo menos procura demonstrar, que a maior produtividade advinda da administração científica pode beneficiar tanto o empresário quanto o trabalhador. Compreendemos aqui ser essa uma afirmação falsa já que o aumento da produtividade não necessariamente implica uma maior distribuição qualitativa da riqueza. O aumento da produtividade em determinadas empresas em relação a outras, de um mesmo ramo, pode beneficiar momentaneamente, caso seja essa política de salários aplicada (como bonificação por produção), mas não impede que a concorrência que impulsiona sempre a uma maior produtividade, e nesse caso no capitalismo implica investimento em capital constante e redução nos salários, crie uma tendência a queda dos salários. Não esquecendo que o aumento da produtividade sempre cria, no capitalismo, crises de superprodução, o que geraria uma depressão que iria recair principalmente sobre o trabalhador sob a forma de desemprego, redução de salários etc.

O discurso de Taylor vacila entre o conciliador (o benefício advindo da administração científica como resolução de todos os problemas entre capital/trabalho) e um discurso muitas vezes contraditório. Quando por exemplo cita que o aumento da produtividade, dentro dos marcos das relações capitalistas de produção, não produz redução dos postos de trabalho, mas não explica onde foram parar os, aproximadamente, 460 trabalhadores da Bethlehem Steel Company em que ele aplicou o seu método, conforme na tabela da página 59. Sua ideologia parte do pressuposto da dissimulação da classe trabalhadora, sempre procurando o convencimento de seu método através da coerção (demissão, redução de salário) e “bonificação” (parte do aumento da produtividade sobre os salários). Necessário ressaltar que o aumento da produtividade se dá, pelo qual falamos, sobre a extensão da mais-valia relativa, ou seja, aumento da intensidade e produtividade do trabalho. O aumento real do salário se dá através de um método de maior intensificação do trabalhador retratado por Chaplin no filme “Tempos Modernos”.

Desta forma os princípios de Taylor e do taylorismo pressupõe a aplicação de uma “ciência” à organização e gestão da produção capitalista, vislumbrando uma superação da contradição capital/trabalho.

2.2 O Fordismo

No capítulo anterior descrevemos o método taylorista e a visão de Taylor a respeito da produção. O fordismo é a apropriação do conceito do taylorismo com o diferencial que Henry Ford expande sua visão para além da produção estrita, como expõe David Harvey (2003, p.121):

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Mais que um método científico, técnico e ideológico de gestão da produção, o fordismo procura se expandir desde da esfera da produção até a esfera da reprodução, da produção da mercadoria até o seu consumo e de novo a produção. É um movimento que procura afetar tanto a produção quanto a cultura pois envolve desde o comportamento sexual dos trabalhadores até a massificação do consumo.

Henry Ford em 1914 introduziu o salário de cinco dólares e o dia de 8 horas de trabalho para os trabalhadores em sua linha de montagem de carros. Desenvolveu o fordismo a partir da estrutura conferida pelo movimento do capital monopolista. Segundo Harvey “a forma corporativa de organização de negócios, por exemplo, tinha sido aperfeiçoada pelas estradas de ferro ao longo do século XIX e já tinha chegado, em particular depois da onda de fusões e de formação de trustes e cartéis no final do século, a muitos setores industriais”. (HARVEY, 2003, p.121).

A proposta progressiva para a época de instaurar o dia de 8 horas e 5 dólares produzia uma disciplina na linha de produção e ao mesmo tempo favorecia ao consumo desses mesmo trabalhadores dos produtos produzidos. Introduzia assim os trabalhadores que produziam em massa o consumo de massa. Em sua empreitada, teve que recuar na

sua política administrativa devido à concorrência capitalista e somente mais tarde consegue, no pós-guerra aplicar o seu sistema.

Para Harvey houveram dois impedimentos principais à disseminação do fordismo:

1. Se refere ao “estado de relações de classe no mundo capitalista” que não era propício à aceitação do trabalho rotinizado, que reduz a exigência das habilidade manuais tradicionais e praticamente nenhum controle do trabalhador sobre o “projeto, o ritmo e a organização” (HARVEY, 2003, p.123. Isso exigiu uma alteração nas relações de classe alcançada só nos anos 50.
2. Diz a respeito aos “modos e mecanismos de intervenção estatal” (HARVEY, 2003, p.124). Nesse sentido era necessário um novo modo de regulamentação, surgido pós a crise de 29, pra que chegasse a uma nova concepção do uso do Estado que veio a atender aos requisitos da produção fordista. Neste sentido era visto com bons olhos por determinados setores que era necessário um Estado mais autoritário e intervencionista, “o problema(...), tal como via um economista como Keynes, era chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo, ao mesmo tempo que se evitavam as evidentes repressões e irracionalidades, toda a beligerância e todo o nacionalismo estrito que as soluções nacional-socialistas implicavam.” (HARVEY, 2003, p.124)

A expansão do pós-guerra se caracteriza principalmente pelo compromissos estabelecidos e contrabalanceados entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e o Estado. Cada um teve que se ajustar, por meio de muita luta, as condições que proporcionariam o desenvolvimento e expansão pós-45.

O fordismo do pós-guerra deve ser visto em toda a sua plenitude como um sistema total, que abrangia todos os aspectos da vida, da produção, ao lazer passando pela ideologia. A sua internacionalização se deve ao esforços de guerra em aumentar a racionalidade e produtividade necessários à esse período, principalmente na Europa e Japão e a sua consolidação através de imposições políticas na ocupação ou pelo Plano

Marshall com o investimento americano subsequente visando mercados externos para superar o limite imposto a demanda efetiva interna. (HARVEY, 2003, p.131).

A dinâmica de expansão do fordismo permitiu a formação de mercados de massa globais irrompendo uma nova dinâmica ao mundo capitalista, enquanto o IDE(investimento direto estrangeiro) americano e expansão do comércio permitia ao EUA absorver o excedente da produção.

Como já desenvolvemos nos capítulos anteriores, os EUA entram no período pós-guerra como potência hegemônica financeira e econômica no globo, tendo o acordo de Bretton Woods como sua expressão. Neste sentido os Estados Unidos puderam agir como banqueiros mundiais em troca de abertura dos mercados ao poder das suas corporações:

Assim, a expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder. (HARVEY, 2003, p. 132)

Comprendemos, então, o fordismo como um sistema total que engloba a totalidade da vida social e que se expande para além da produção. Podemos traçar assim o par conceitual fordismo/taylorismo como a forma que assumiu a reestruturação produtiva na época do capitalismo monopolista até sua crise nos 70.

Como expressão de determinada fase histórica do capitalismo, a necessidade de resposta à queda da taxa de lucro e suas crises, o fordismo/taylorismo teve como função a racionalização da vida social, compreendendo a produção não só como forma técnica, mas como cultura no seu sentido mais amplo, que sai da esfera do trabalho e invade a vida cotidiana. É nesse momento específico da vida social onde irá inferir transformações sociais profundas que interferiram no modo de reprodução do capital. O que importa neste momento é compreender as condições econômicas, políticas e sociais que compreenderem o fordismo/taylorismo e sua hegemonia na esfera da produção material da vida e também da reprodução social. Poderemos compreender melhor a centralidade do trabalho e “descontinuidade na continuidade” do capitalismo ao

compreendermos como esse sistema entra em crise e necessita ser substituído por outro, necessitando uma novo “novo homem” (GRAMSCI, 2008).

2.3 A crise de reprodução fordista/taylorista

Nos capítulos anteriores buscamos compreender a processualidade histórica do capitalismo e sua respectiva expressão no mundo do trabalho. Observamos que o capitalismo de livre concorrência em determinada etapa de desenvolvimento da grande indústria se transforma em capital monopolista. A fase imperialista das grandes potências mundiais são a expressão do capitalismo nesta fase, que envolve a formação de trustes e cartes, a união pessoal do capital bancária com o industrial. O fordismo/taylorismo é a expressão racionalizada desta fase, ancorada pelo pacto que envolveu sindicatos, as grandes corporações e o Estado, que só chegou ao amadurecimento no período pós-guerra.

Importante salientar que mesmo nos períodos mais prósperos do fordismo, os benefícios deste sistema de produção não poderia ser estendido à todos os setores produtivos da sociedade. O fordismo não se instalou sem contradições internas e lutas. Os setores beneficiados foram os denominados monopolistas, onde podia coexistir um crescimento estável da demanda com investimento de larga escala na tecnologia de produção de massa (HARVEY, 2003). Nos setores competitivos ainda recorriam as bases não fordistas de sub-contratação, onde existiam baixos salário e instabilidade empregatícia. Neste sentido, amplos segmentos não tinham acesso ao “paraíso” do consumo de massa.

Torna-se necessário compreender as condições que levaram o Toyotismo ao patamar de “resposta”. E essa resposta se deve à crise do sistema fordista-taylorista e sua rigidez que se tornou insustentável a partir dos ano de 1970.

O sociólogo Ricardo Antunes expõe resumidamente o quadro crítico que se abre no início dos anos 70:

1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;

2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava;

3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;

4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas.

5) A crise do Welfare State ou do “Estado de bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado.

6) Incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada as desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos *contingentes* que exprimiam esse novo quadro crítico. (ANTUNES 2009, p.31-32)

Podemos observar que a crise que se abre nos anos 70 é uma profunda crise e complexa, no sentido de ser rica em determinações. Como Antunes (2009) a define, citando Mészáros, essa é uma crise conjuntural do fordismo e do keynesianismo expressão fenomênica de uma “crise estrutural do capital”. Crise essa que se apresenta no capitalismo tardio com longa e profunda redução nas taxas de acumulação do capital,

resultante do excesso da capacidade e de produção fabril, que afeta a taxa de lucro e a faz tender a queda. Nesse sentido a hipertrofia da esfera financeira pode ser compreendida, como já desenvolvemos anteriormente, a fuga de capitais para setor financeiro devido a essa queda da taxa de lucro.

A crise mostra-se universal, não está restrita a um país ou setor produtivo, mas em toda esfera da produção. Devido a mundialização do capital e a ausência de uma saída belicista ao excesso de capacidade, a “lei de tendência decrescente do valor de uso” demonstra o caráter destrutivo do capital nesse momento e sua incontabilidade enquanto sistema metabólico social.

O padrão flexível da produção e acumulação que se abre nesse período, tendo o Toyotismo como modo de regulação da produção, vem como expressão da crise de “rigidez” do modo regulação fordista. Rigidez essa que surgiu do pacto entre o Estado keynesiano de “bem-estar”, as grandes corporações e o trabalho organizado (mesmo que limitado), que respondia a uma determinada fase do capitalismo que já não conseguia mais se manter a partir dos anos de 1970 devido ao quadro crítico que apresentamos no início do capítulo. A necessária reestruturação produtiva no âmbito do capitalismo não se deu e se dá sem contradições internas, assim como do padrão fordista, como a limitação à sua expansão e aplicação. É necessário compreender a “flexibilização” da produção como um processo ainda em marcha, mas que tende a precarizar o mundo do trabalho e crescer através da destruição planejada dos meios de produção e valores de uso.

3. A reestruturação produtiva e a condição flexível

3.1 O Toyotismo e a flexibilização da produção

Conhecido também como Ohnismo devido ao nome de seu idealizador, Taiichi Ohno, foi concebido no Japão pós-45 devido as necessidades do próprio país nesse período. Ohno, no prefácio à edição inglesa do seu livro “O Sistema Toyota de Produção” (OHNO, 1997) expõe que o “Sistema Toyota” se desenvolveu a partir da necessidade criada por restrições no mercado. Essas restrições “exigiram a produção de pequenas quantidades de muitas variedades sob condições de baixa demanda, um destino que a indústria japonesa enfrentou no período do pós-guerra” (OHNO, 1997, p.9).

Ohno concebe como principal Objetivo do sistema Toyota a eliminação do desperdício. Para isso ele visa no seu livro “esclarecer ao público em geral princípios e conceitos do novo sistema de produção flexível de mercadorias” (ALVES, 2011, p.45). O Sistema Toyota tem um impacto profundo no mundo capitalismo pós-crise dos anos 70. Sua ideia de combate de ao desperdício através da produção flexibilizada tem um impacto tão profundo quanto de Taylor e Ford, ainda que com limitações a sua expansão.

Medidas como o Just-in-time, onde “ a possibilidade de se adquirir produtos na hora e na quantidade necessárias, o desperdício, as irregularidades e as irracionalidades podem ser eliminados e a eficiência, aperfeiçoada” (OHNO, 1997, p.131) e o Kanban “placas que são utilizadas para a reposição de peças (...)”(ANTUNES, 2010, p.33) invertem a lógica do processo de produção, onde após a venda que se “inicia a reposição dos estoques”. Lógica essa advinda dos supermercados e englobas nesse sistema de organização da produção.

Outro processo importante é o de flexibilização das leis trabalhistas. Ou seja, processos de subcontratação parcial ou temporária que possa variar de acordo com a demanda da produção. Incutido dentro desse processo está o da horizontalização (ao contrário da produção verticalizada fordista) da produção pela terceirização da produção de elementos básicos que “acarreta também, no toyotismo, a expansão desses métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores” (ANTUNES, 2010, p.34)

A alteração em relação ao processo produtivo fordista/taylorista já se mostra claro. Outra inovação que desvirtua do processo antigo é a “polivalência” necessária ao trabalhador que não está preso a sua máquina mas tem que operar várias máquinas realizando várias tarefas.

O trabalho em equipe substitui o trabalho parcelar e tem que operar um sistema de máquinas e a produção flexível exige um engajamento do trabalhador onde se captura o seu “saber-fazer”. Através de Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) os trabalhadores discutem seu “trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do savoir-faire intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava” (ANTUNES, 2009. p. 57).

Essas mudanças só foram possíveis graças ao desenvolvimento técnico-científico-informacional que permitiu uma maior desenvolvimento tecnológico da produção capaz de

alterações nas máquinas para se adequar ao trabalho flexível, descentralização da produção e terceirização capacitando a produção se espalhar até por países etc. Um dos principais produtos desse desenvolvimento foi do computador e em seguida da internet.

Nessa série de processos de mudanças nas formas organizativas da produção, o Toyotismo alterou a forma de subsunção real do trabalho. Como afirma Giovanni Alves em seu livro “Trabalho e Subjetividade” agora o trabalhador deixa de ser um apêndice da máquina como era no fordismo/taylorismo, um “gorila-amestrado” como considerava Taylor, e passa a ser um operador “inteligente” de “máquinas inteligentes” (ALVES, 2011, p.57) que trabalha em equipe “com habilidade e talento para dar palpites que aprimorem a inteligência do autônomo espiritual”.

Conclusão

Procuramos neste artigo demonstrar a continuidade da exploração da capitalista através do par dialético “continuidade na descontinuidade”, onde, mesmo após sérias transformações econômico-político-sociais, expressas tanto na hipertrofia financeira como na nova forma de exploração do trabalho vivo, a manutenção da essência do capital de explorar mais-valor se mantém intacta. Nesse sentido a afirmação marxiana de que o capital entregue a ele mesmo só produz mais capital se torna ainda mais verdade.

Os processos aqui expostos não se esgotam nessa apresentação, e são por si só ricos em determinações por serem processos complexos.

O que podemos afirmar e que devido a continuidade do sistema capitalista realizando o metabolismo social, para além de superar as suas contradições, antes a intensificam e expandem a cada vez mais para dentro do corpo social invadindo principalmente com a ascensão da condição flexível a esfera da cultura expressas na “captura da subjetividade” assim expressas por Giovanni Alves (2011).

Nesse sentido os processos econômicos e as transformações no mundo do trabalho não estão em esferas independentes mas, se relacionam de forma interdependente. É nesse processo que podemos caminhar para a continuidade da teoria crítica marxista e da possibilidade de transformação da realidade.

Bibliografia

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo. 2009.

_____. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez. 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã. 1996.

_____. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. In: CHESNAIS, F. (Org). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra. 2008.

FONTES, Virgínia. **Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: ESPSV, UFRJ. 2010

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 12ª Ed. São Paulo: Loyola. 2003.

LENIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo: Fase superior do capitalismo**. Trad. de Leila Prado. São Paulo: Centauro. 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: Rumo a uma Teoria da Transição**. São Paulo: Boitempo. 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo. 2006.

OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção – além da produção em larga escala**. Porto alegre: Bookman, 1997

TAYLOR, Frederick. **Princípios de administração científica**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 1990.